

## QUANDO SURTIU O ENSINO "SECUNDÁRIO"? (\*)

André CHERVEL (\*\*)

Sabe-se que a Revolução Francesa, após ter criado o adjetivo *primário*, falou pela primeira vez de "escola primária" (1) e, a partir do velho adjetivo *secundário*, de "escola secundária" (2). Mas, a noção de "secundário" em Condorcet é bastante diferente da nossa. Nas assembleias revolucionárias, nos gabinetes ministeriais do Império, e no uso geral, durante perto de cinquenta anos, o "secundário" designa um nível de ensino superior ao primário, mas inferior ao nível das escolas centrais do Diretório, dos liceus de Napoleão, ou mesmo dos colégios reais da Restauração que correspondem a um nível intermediário. (a)

Em 1815, aproximadamente, nota-se o emprego, pela primeira vez, do termo "secundário" em seu sentido moderno para designar todos os estabelecimentos do tipo liceu ou colégio. E esta inovação só será

---

(\*) Tradução de Circe Fernandes Bittencourt. Professora do Departamento de Metodologia do Ensino e Educação Comparada da Faculdade de Educação da USP. Artigo publicado pela Université de Provence em 1988 do encontro *Hommage à la mémoire de Jean Stefanini* organizado por Claire Blanche-Benveniste. André Chervel e Maurice Gross como parte dos estudos que desenvolvem sobre Gramática e história da Gramática.

(\*\*) André Chervel é pesquisador do Service de l'Histoire de l'Éducation do Institut National de Recherche Pédagogique (INRP) de Paris. Tem se dedicado à história das disciplinas com publicações que buscam explicitar este campo de investigação e suas implicações na história da educação e da pedagogia. Suas obras tratam da história da gramática e da língua francesa, como - *Il fallut apprendre à écrire à tous les petits Français-Histoire de la grammaire scolaire*, Paris: Payot, 1981.

(1) TALLEYRAND, *Rapport sur l'Instruction publique* para a Assembléia Nacional, 10, 11 e 19 de setembro de 1791.

(2) CONDORCET, *Rapport sur L'Instruction publique* Para a Assembléia Legislativa, 20 e 21 de abril de 1792. Em sentido "acessório", o adjetivo *secundário* já havia sido utilizado no meio francês.

(\*) N.T. A escola francesa mantém até hoje as designações de *collège*, que corresponde ao antigo curso ginasial brasileiro (5ª a 8ª séries atuais) e *lycée* que é equivalente ao atual 2º grau. Quanto às escolas centrais, estas correspondem às escolas que substituíram as escolas confessionais fechadas durante a Revolução que forneciam cursos equivalentes ao secundário. Segundo o historiador Antoine Prost, tais escolas diferentemente do período anterior em que eram organizadas pelos padres, introduziram as ciências matemáticas e físicas e as ciências morais e políticas, além de serem externatos.

utilizada em linguagem corrente, depois de 1840. Por trás desta evolução semântica que ampliou o sentido da palavra e da reorganização concomitante do campo léxico, gostaria de evidenciar neste trabalho o surgimento de um conceito maior e central que estruturou a terminologia do ensino francês onde ele ocupa, como diz Françoise Mayeur, "um lugar capital" (3).

### 1. A ESCOLA "SECUNDÁRIA"

Nem a revolução nem o Império criaram escolas secundárias do Estado. A primeira, no domínio do ensino, consagrou quase todos seus esforços à criação das "escolas centrais" sobre as quais Lakanal diz explicitamente: "Estas são escolas secundárias" (4). No Império, os ministros de Bonaparte, pela lei de 11 do floreal do ano X (1º de maio de 1802), distinguiram cuidadosamente escolas primárias, escolas secundárias e liceus. Isto significa que escola secundária é uma denominação que não corresponde à nenhuma realidade?

Ao contrário. Após o decreto de 29 de frimário do ano II (19 de dezembro de 1793) que havia restabelecido a liberdade total do ensino, várias escolas haviam sido reabertas na França e não apenas as escolas primárias. O tecido escolar do Antigo Regime tendia a ser criado por toda parte, e se a situação de Igreja e das congregações tornava impossível a reocupação total dos colégios, suprimidos pelo decreto de 15 de setembro de 1793, via-se renascer (5), em vários locais, certos estabelecimentos intermediários que haviam sido numerosos no decorrer do século XVIII: "escolas latinas", "regências latinas", "pedagogias", "semi-colégios", "pequenos colégios" (6). O sucesso deles parecia ser considerável. Em 1800, os conselhos gerais são unânimes em pedir a substituição das escolas centrais pelas escolas secundárias públicas (7) A partir

---

(3) *Histoire générale de l'enseignement et de l'éducation en France*, publicado sob a direção de L. H. Parias, t. III. *De la Révolution à l'École républicaine*. Paris: Nouvelle Librairie de France, 1981, p.453.

(4) *Rapport et projet de loi sur les écoles centrales [...] 26 frimário do ano III (16 de dezembro de 1794)*, p.6.

(5) Cf. KILIAN, chefe do gabinete do ministério de 1837 a 1843, *Tableau historique de l'Instruction secondaire en France*. Paris: Delalaín, 1841, p.86.

(6) Cf. sobre esta questão, Marie - Madeleine COMPERE e Dominique JULIA, *Les Collèges français, seizième-dix-huitième siècle Répertoire, I. France du Midi*. INRP, Service d'histoire de l'éducation, 1984.

(7) Cf. Albert DURUY, *L'Instruction publique et la Révolution*. Paris: Hachette, 1882, pp.480-500.

de 1803, no recenseamento, na França, ao lado dos trinta liceus que possuíam uma pequena clientela, constava duzentas e cinqüenta escolas secundárias <sup>(8)</sup>, e em 1806, um relatório de Fourcroy refere-se a 370 escolas secundárias comunais, 377 escolas secundárias particulares, além de 4500 escolas particulares superiores ao primário <sup>(9)</sup>.

O Consulado e o Império, preocupados unicamente com seus liceus, esforçam-se, entretanto, em controlar esses estabelecimentos. A lei de 11 do floreal decreta que "*não será permitida a abertura de escola secundária sem a autorização do governo*". Estabelecem-se condições para obter este título aparentemente bastante procurado. Os diretores das Instituições devem respeitar um programa mínimo de ensino <sup>(10)</sup>, ter ao menos três professores <sup>(11)</sup> e, no mínimo, cinqüenta alunos <sup>(12)</sup>. Em 1808, com o surgimento dos decretos fundadores da Universidade, a expressão "*escola secundária*" desapareceu dos textos oficiais, mas ela se instala, entretanto, na linguagem comum, com uma conotação positiva. É possível de ser encontrada com certa freqüência, fora dos textos regulamentares, durante algumas décadas. Por exemplo, em 1832, o inspetor da academia Auvray em seus relatórios de inspeção do departamento de Aube <sup>(13)</sup>, apresenta, ao lado do "*colégio comunal de Troyes*", nove estabelecimentos que ele denomina de "*escolas secundárias*", enquanto o texto oficial *Almanach de l'Université royale* de 1832 denomina tais estabelecimentos de "*pensões*", conforme a terminologia em vigor a partir de 1808: em Troyes, Bar-sur-Seine, Arcis-sur-Aube, Bar-sur-Aube e Nogent-sur-Seine. A escolarização nessas escolas parece limitar-se às classes de gramática e, no melhor dos casos, chegar até a classe final do ginasial. Segundo informa um dos relatórios, os bons alunos dirigem-se ao colégio de Troyes após terminarem o curso que lhes oferecia o "*pequeno colégio*".

---

(8) Cf. Charles JOURDAIN, *Le Budget de L'Instruction publique*. Paris: Hachette, 1857, p.143.

(9) Cf. Georges WEILL, *Histoire de l'enseignement secondaire en France: 1808-1920*. Paris: Payot, 1921, p.20.

(10) Lei de 1º de maio de 1802.

(11) Decreto de 21 de dezembro de 1802.

(12) Decreto de 12 de outubro de 1803.

(13) Arquivo Nacional, F 17 2486

## 2. A UNIVERSIDADE

O maior problema sócio-político relativo à instrução pública, desde o final do Antigo Regime, é saber se o ensino elementar deve ser, ou não, concebido como preparatório aos cursos superiores de instrução, mesmo considerando que, de qualquer forma, a maioria dos alunos do primário não ultrapassaria este estágio. Mas, seria desejável que os primeiros estudos lhes dessem essa possibilidade? A solução decisiva que será dada a questão nos primeiros trinta anos do século XIX, determinou um dos traços sócio-culturais mais marcantes da França contemporânea.

A Revolução Francesa, em seus inumeráveis textos teóricos ou por discursos parlamentares, havia se pronunciado muito claramente por um caminho contínuo desde a escola primária até as grandes escolas. Mas a constituição do ano III e o decreto de 3 de brumário do ano IV (25 de outubro de 1795) que estabeleceram uma instrução pública, fundada sobre a escola primária e a escola central, faziam já uma distorção aos princípios democráticos fixados, porque, apesar dos argumentos de Lakanal <sup>(14)</sup>, o ensino primário real da época não se constituía em "vestíbulo" para as escolas centrais, pelo menos da forma como elas eram desejadas (a realidade era muitas vezes diferente). E no célebre texto redigido para tentar salvar as escolas centrais *in extremis*, Destutt de Tracy expõe a teoria das duas classes da sociedade francesa: a classe trabalhadora e classe erudita, que possuem suas necessidades específicas de ensino. Como consequência, "deve haver dois sistemas completos de instrução que não possuem nada em comum entre si" <sup>(15)</sup>. É preciso conceber o ensino primário como um conjunto fechado em si mesmo, e que não permita desembocar nas escolas centrais.

Apesar de Napoleão ter suprimido definitivamente as escolas centrais, a Universidade que ele cria pelos decretos de 1806 e de 1808, inspira-se diretamente nos princípios expressos por Destutt de Tracy. Uma das funções essenciais desta nova instituição é exatamente a de estabelecer uma linha de demarcação intransponível entre esses dois tipos de ensino e de escolas. Com tal finalidade Napoleão fez uma regulamentação precisa e ainda criou um imposto duplo, sobre os professores e sobre os alunos, porque a Universidade que ele concebeu como empresa pública, desfrutará de autonomia financeira até a época de Luiz Filipe. É esse imposto que, em poucos anos, vai selar a unidade dos

(14) Op. cit. pp.5-6.

(15) *Observations sur le système actuel d'instruction publique*. Paris: Panckoucke, ano X, p.5.

estabelecimentos escolares aos quais se aplica, sendo que essa imposição não atinge as escolas primárias. A este conjunto de estabelecimentos faltava apenas dar um nome. Será chamado de ensino secundário.

Todo o aparelho regulamentar e administrativo que será estabelecido a partir de 1808 para assegurar o pagamento do imposto visará definir com precisão o que é ou não ensino primário. A base da imposição é o ensino de certas disciplinas; em princípio todas as que não são de competência da escola primária, a saber catecismo, leitura, escrita, as quatro operações, às quais a Restauração acrescentará ortografia, caligrafia, gramática francesa, aritmética, noções de geografia e de agrimensura. Na realidade é o latim, desde o início, que serve como única discriminação entre o primário, que não paga taxa, e os estabelecimentos que são obrigados a pagar essa tributação. O princípio geral mantido pelo Conselho da Universidade é: *"Todos os alunos admitidos em um estabelecimento onde se ensina o latim estão sujeitos ao imposto"* (16). O imposto sobre o latim desempenha um papel determinante na constituição do ensino secundário.

A partir de 1809, com efeito, todo aluno de uma escola que ensina as línguas antigas (na realidade, o grego é praticamente desconhecido até 1815) deve pagar, além da taxa a seus mestres, um imposto denominado "taxa da vigésima parte", porque corresponde à vigésima parte da pensão paga pelos pensionistas ao estabelecimento, servindo este pagamento como base para o cálculo das taxas dos alunos do externato. Um segundo imposto, o "direito anual", na mesma base, recai sobre os donos das instituições e das pensões. Apenas os pequenos seminários escaparam, graças à Restauração (\*), desta tributação (17). Durante a primeira Restauração, esse tributo foi momentaneamente abolido mas é logo restabelecido, em prejuízo dos ultra direitistas, a 15 de agosto de 1815, porque os cofres do Estado estavam vazios. O tributo só desaparecerá com a lei de 4 de agosto de 1844.

Na prática, são os inspetores, instituídos pela lei de 11 do floreal do ano X, e depois os inspetores da academia, criados pelo decreto de 17 de março de 1808, que são encarregados, durante vinte e cinco anos, de cuidar da aplicação da lei, de abrir inquéritos para apurar fraudes e

---

(16) Esta taxação é reiterada novamente em uma instrução do Conselho Universitário de 13 de agosto de 1810.

(\*) N.T. Restauração corresponde ao período de 1815 a 1830 em que assumiram o poder na França Luís XVIII e Carlos X.

(17) Regulamento de 5 de outubro de 1814. Mas apenas era dispensada de taxas uma "escola eclesiástica" por departamento.

denunciar os eventuais contraventores na justiça. Em 1834, Guizot os desincumbirá desta terrível obrigação e encarregará as Finanças de se responsabilizar pelo recebimento dos impostos. Mas, até essa data, os inspetores da Universidade francesa iniciam sua carreira como coletores de impostos ou de "contadores de cabeças". O inspetor da academia de Toulouse assim se expressa sobre si mesmo e de seus colegas: "*Nas escolas e nas pensões, eles só servem para contar o rebanho, repreender o professor que não pagou ou não pode pagar a taxa universitária e escutar uma fábula estroptada de Esopo*" (18).

Junta-se a essa fiscalização, evidentemente, uma parafernália de medidas que asseguram ao Estado o domínio deste novo ensino: criação de um "corpo de professores", proibição de criação de escolas que possam concorrer com um ginásio público na mesma cidade, exigência do "certificado de estudos" concedido por um estabelecimento público a todo candidato ao baccalauréat (\*), etc. Estas determinações suscitam, em certos setores da opinião pública, uma animosidade que culminará com a querela do Monopólio, no fim da Monarquia de julho (\*).

A regulamentação, na realidade do tecido escolar francês, terá como efeito clarificar e regularizar uma situação que apresentava diversos aspectos. Depois de 1802, como vimos, os proprietários desejavam se beneficiar do título de "escola secundária" para seus estabelecimentos. Essa tendência se inverte depois de 1808. Muitos deles, que viviam com poucos alunos e que recebiam crianças de todas as idades e de todos os níveis, serão obrigados a fazer uma escolha: continuar, ou não, a ter uma escola "latina". Isto porque ensinar latim, mesmo que fosse apenas seus rudimentos, e para poucos alunos, classificaria tais escolas como "pensões" e seu proprietários seriam obrigados a pagar a taxa correspondente ao número total de alunos. Foi o término da liberdade e do descuido do Antigo Regime, quando o professor da escola possuía normalmente licença para acrescentar o latim em seu programa a fim de preparar algumas crianças de pequenos proprietários rurais ou de artesãos para entrar no colégio de uma cidade distante. Em 1808, o latim torna-se uma barreira: ou se está de um lado ou de outro. E muitos "instituteurs", (\*) como eram denominados, na época, os que abriam

(18) Patrice LARROUQUE. *Mémoire sur l'instruction publique*. Paris; Hachette, 1831, p.36.

(\*) N.T. *Baccalauréat* corresponde aos exames finais obrigatórios para se obter o certificado do curso secundário e que dá direito ao aluno de cursar o curso superior.

(\*) N.T. Monarquia de julho designa também o governo de Luís Filipe de 1830 a 1848.

(\*) N.T. O termo "instituteur" designa o professor da escola secundária francesa ou primária diferentemente de "professeur" que corresponde a um nível mais elevado que passou pelos exames de agregação ou que trabalha na Universidade.

uma "instituição escolar", primária ou não, foram levados a fechar seu negócio durante os anos de instalação de Universidade. Um colégio de Falaise perde dois terços de seus alunos a partir do dia que se exigiu o pagamento do Imposto <sup>(19)</sup>. É um movimento geral e profundo de reclassificação de todas as escolas criadas pela iniciativa privada. A nova exigência a que elas são submetidas carrega o germe das características essenciais do ensino francês do século XIX e XX. A segregação através das línguas antigas não será praticada, com o mesmo cuidado e rigor, em nenhum outro país vizinho. <sup>(20)</sup>

### 3. O ENSINO "SECUNDÁRIO"

Com o advento de Luís XVIII, e com os perigos que ameaçam a Universidade, alguns altos funcionários da instrução pública começam a ter consciência exata do que acontecera e das decisões a serem tomadas: fora criada, ao lado do primário, durante o império, um tipo de ensino essencialmente diferente e esta criação deveria ser protegida e defendida. Administradores, reitores, inspetores a gerais, e até provisoros, travam uma batalha com a reação ultra direita e obtêm ganhos sobre o essencial: a Universidade e a taxa universitária são conservadas. A verdadeira batalha política de 1816 era: deve-se ou não fazer do latim uma fronteira sócio-cultural?

A argumentação dos que se opunham à ultra-direita era, sem dúvida, convincente. A base da argumentação era a idéia de Talleyrand sobre o "poder" da instrução do qual nenhum regime na França podia se desinteressar. "O grande problema das sociedades modernas", escreverá Guizot <sup>(21)</sup> mais tarde, "é o governo dos espíritos". As duas instituições encarregadas durante séculos de assegurar a estabilidade social, Igreja e família, conheceram uma derrota histórica. O Estado continua

(19) Archives Nationales, F. 17 2484. Inspection générale. Relatório de Guéneau de Mussy et Ampère, 1809.

(20) Os relatórios de viagens ao estrangeiro ou os dados fornecidos pelas missões oficiais no século XIX testemunham frequentemente esta divergência. Segundo os professores Demogeot e Motucci expondo ao ministro Duruy sobre: "o ensino secundário na Escócia", intizam assim: "Ao intitularmos desta forma o presente capítulo, estamos fazendo uma concessão aos hábitos franceses porque não existe na Escócia, uma linha de demarcação tão bem traçada entre a instrução primária e o ensino secundário" (*De l'Enseignement secondaire en Angleterre et en Écosse*. Paris: Imprimerie impériale, p.438). Quanto ao adjetivo inglês secondary (education, instruction) ele é inexistente antes de 1861; e este uso baseia-se em uma obra sobre o ensino na França (segundo *The Oxford English Dictionary*, 1933).

(21) *Mémoires pour servir à l'histoire de mon temps*. Paris: Michel Lévy, 2 ed., 1858, t.3, p.14.

a tarefa dessas instituições: “[a instrução] pública deve ficar nas mãos do soberano de quem deriva todo poder público e toda magistratura civil”<sup>(22)</sup>. O plano integral da educação é do soberano, e não do clero, como pretendiam os ultra-direitistas.

O papel da instrução pública, cujos traços maiores foram firmemente marcados pelos decretos de 1808, deve ser de “fixar a sociedade” para acabar a revolução<sup>(23)</sup>. Para conseguir esse objetivo, é imperativo distinguir dois tipos de instrução: a instrução primária, que deve ser estendida por todo o território, mas estritamente limitada em seus conteúdos e que se interessa pelo método do ensino mútuo porque é eficaz e barato. A outra forma de instrução deve ser reservada às classes ricas e constituir o que Guizot denominará mais tarde de “cultura de classe média”<sup>(24)</sup>. “Desde que as luzes se espalharam, elas devem necessariamente acompanhar os mais dotados das classes superiores ou os mais ricos [...]. Esse é o objeto de instrução secundária [...]. Esta instrução compreende tudo o que se deve saber para se tornar um homem bem educado”<sup>(25)</sup>.

Não se deveria, sobretudo, repetir os erros de Antigo Regime que mantinha o ensino gratuito, com muitos colégios e muitos jovens abandonavam sua condição social depois de freqüentarem estudos sedutores mas sem mercado de trabalho, tornando-se desclassificados parasitas, amargurados<sup>(26)</sup>. Os estudos, no século XIX, deveriam ser pagos. A taxa universitária, é por ela mesma, um elemento de preservação da ordem social. Seu primeiro destino é o de limitar o afluxo de alunos para estudos clássicos<sup>(27)</sup>. Guizot explica a Revolução “pela nulidade da instrução pública e a prodigalidade sem conveniência e sem medida da

---

(22) Ambroise RENDU, *Système de l'Université de France ou Plan d'une éducation nationale essentiellement monarchique et religieuse*. Paris, Nicolle, mai 1816. Discurso preliminar.

(23) Victor de SEZE, reitor da Academia de Bordeaux. *Quelques idées sur l'éducation publique*. Bordeaux: 1816, p.47.

(24) Arquivos parlamentares. 2c série, t. 100, p.84. Câmara dos Deputados, 1º de fevereiro de 1836, projeto de lei sobre instrução secundária.

(25) GUIZOT, *Essai sur l'histoire et sur l'état actuel de l'instruction publique en France*. Paris: Mardan, 1816, pp.2-3.

(26) Cf. IZARN, inspetor geral, *Exposé de l'état actuel de l'instruction publique en France*. Paris: Dentu, 1815, p.113.

(27) Uma circular ministerial responderá para aqueles que desejaram nos anos seguintes, multiplicar os casos de exceção: “Pensamos, ao contrário que é visando ao interesse público que restringimos pouco a pouco esse favor a fim de não aumentar além das necessidades da sociedade, o número de crianças às quais se dará a instrução de segundo grau” (15 de dezembro de 1820).



*instrução secundária*" e conclui: "em 1789 não havia muitos pobres que soubessem ler mas havia muitos que haviam aprendido retórica" (28).

Nesses textos essencialmente políticos aparece, pela primeira vez, a idéia que a sociedade da Restauração só seria protegida opondo o primeiro grau ou "primário" ao "segundo grau" (29), uma "instrução de segunda ordem" (30) um "segundo grau de instrução [ou] instrução secundária" (31), uma "segunda instrução" dada nos "estabelecimentos secundários" (32). Para fixar melhor tal idéia, estabeleceu-se do mesmo modo uma oposição entre a instrução "secundária" e a que era dada nas escolas especializadas, nas faculdades de direito, de medicina. Guizot denominou-as, na época, de "escolas especiais" antes de reuni-las, um pouco mais tarde, sob a expressão de "instrução superior". O conceito de "secundário" que surgiu será inseparável, a partir daí, da idéia que há fundamentalmente três graus de instrução (33).

É importante notar que, munido deste novo sentido, o adjetivo "secundário" entra em sintagmas novos. Não se fala mais (ou fala-se menos) de "escola secundária" com esta acepção, mas de "instrução", "de ensino secundário", de "estudos secundários". Em suma, após essa brusca chama em que o secundário nasce em meio a tempestades políticas, a forma de empregar o termo secundário, durante aproximadamente vinte anos, fica confinado ao meio dos altos funcionários da Universidade e de grupos próximos a eles. Isto porque os estudos realizados nos estabelecimentos submetidos às taxas e ao imposto anual já eram conhecidos na linguagem corrente com outra denominação:

(28) GUIZOT, *Essai*, p.83.

(29) Isidore LE BRUN, *De l'Instruction publique sous Napoléon*, et l'Université. Paris: Gide, 1814, p.83.

(30) IZARN, *op. cit.*, p.132.

(31) Thomas LAUTH, *Del l'Esprit de l'Instruction publique*. Strasbourg: 1816, pp.3-5.

(32) RENDU, *Système de l'Université*, Discurso preliminar, p. VI; cf. também GUIZOT, *Essai*.

(33) O novo conceito "secundário" que foi lançado em 1816 pelos defensores da Universidade havia sido "ensalado", mas com bases em material estrangeiro, podemos dizer, em dois textos impressos mas não publicados, alguns anos antes. Trata-se dos *Rapports sur les établissements d'Instruction publique des départements au-delà des Alpes*, de Cuvier, de Coiffier e de Balbe (1810) e do *Rapport sur l'Instruction publique dans les nouveaux départements de la Basse-Allemagne* de Cuvier e Noël (1811). As escolas visitadas por esses inspetores são, particularmente no segundo relatório, apresentadas sob duas rubricas: instrução primária e instrução secundária. Não deve se tratar, sem dúvida, de uma simples coincidência o fato de ser o mesmo Georges Cuvier, co-autor dos dois textos que, a pedido de Royer-Collard, redige para Guizot a parte histórica de seu *Essai* de 1816 (cf. Jean POIRIER, "L'Université provisoire (1814-1821). *Revue d'Histoire moderne*, n°4, 1926). O naturalista Cuvier será o padrinho do ensino secundário? E através de Cuvier e Guizot, a denominação "secundária" não será de origem protestante?

estudos clássicos. Fala-se às vezes, em ensino *universitário* que na realidade refere-se aos colégios e não ao ensino das faculdades <sup>(34)</sup>. Há também uma maneira elogiosa de denominar este grau de ensino: "alta instrução", uma expressão bastante consagrada, <sup>(35)</sup>, ou então "estudos superiores" <sup>(36)</sup>.

A construção universitária que, na limpidez de seu esquema, havia reconciliado a Restauração com o Império, não podia pretender silenciar por muito tempo a sociedade francesa. Logo surgiram vozes, de todos os lados, reclamando a necessidade de um ensino "intermediário", herdeiro mais moderno das escolas secundárias no estilo de Condorcet, um ensino menos longo, sem latim (dizia-se, na época, um, "ensino francês"), mais científico, mais aberto às línguas vivas. O novo ensino, reclamado pela pequena burguesia de artesãos e do comércio, seria primário ou secundário? Coube à Monarquia de julho fazer a escolha. Guizot toma a decisão pela lei de 28 de junho de 1833. Um ensino sem latim não seria "secundário"; portanto só poderia ser "primário" e, retomando uma expressão utilizada por Victor Cousin, em seu relatório sobre o ensino alemão <sup>(37)</sup>, cria as "escolas primárias superiores". O secundário fica intacto.

Para mostrar a força administrativa sobre o *status quo* universitário, o ministro se engaja numa reformulação total do organograma de seu ministério. Uma nova estrutura, com três divisões substitui, em 1834, a antiga organização dos gabinetes e consegue penetrar, finalmente, no interior da realidade administrativa, criando o esquema ternário de instrução que Guizot, Rendu e alguns outros haviam definido vinte anos antes. A "Instrução superior" pertencia ao segundo gabinete; a "Instrução secundária" ao terceiro gabinete; e o quarto gabinete era o da "Instrução primária". Pela primeira vez, por exemplo, colégios reais e colégios comunais são gerenciados pelo mesmo diretor de serviço, assim como as instituições, as pensões e as "escolas secundárias eclesásticas", ou seja, os pequenos seminários. Esta repartição global só será

---

(34) "Eu falo apenas, Senhor, escreve um proprietário de escola ao ministro, sobre o ensino universitário ou clássico propriamente dito [...]. Há um outro acima, o das Faculdades que completa todos os demais estudos (J. P. Gasc. *Considérations sur la nécessité et les moyens de reformer le régime universitaire*. Paris: Colas, 1829, t. 1, p.110).

(35) Cf., por exemplo, DUPANLOUP, *De la haute Éducation intellectuelle*. Paris: Lecoffre, 1857.

(36) Por exemplo, o abade AUDE, *Notions rapides sur l'Université de France*. Valence: 1821, ch. 3 "De la haute instruction".

(37) *De l'instruction secondaire dans le Royaume de Prusse à la fin de l'année 1831*. In: Cousin, Victor, *Oeuvres*: Bruxelles, 1841, t.3 p.208.

reformulada na Quinta República. (\*) E o termo secundário, em seu sentido moderno, sai do círculo restrito e penetra no vocabulário da administração.

#### 4. O DEBATE SOBRE O MONOPÓLIO

Após a lei que deu liberdade ao ensino primário, os católicos e os liberais reclamam o fim do "monopólio" universitário para o restante do ensino, isto é, essencialmente para o ensino secundário. Exige-se a supressão da autorização preliminar (necessária para a abertura de uma instituição), da taxa universitária e do direito anual, o fim do controle minucioso dos inspetores, a autorização para criar instituições totalmente livres, o desaparecimento do "certificado de estudos", o direito de ensinar todas as disciplinas e de concorrer em todos os níveis com os estabelecimentos públicos. Na época de Luís Filipe, haverá cinco projetos ministeriais referentes à "lei sobre a instrução do secundário" depositados na tribuna da Câmara, começando pelo projeto Guizot (1836) ao projeto Salvandy (1847), passando por um projeto de Cousin (1840) e dois projetos Villetanin (1841, 1844). Nenhum terá bons resultados. Mas ao fim desse período agitado, a palavra secundário será considerada de domínio público.

Pode-se seguir com precisão sua progressão. Ninguém, antes de 1845, se arriscaria a utilizá-la sem que a definisse. *"O ensino secundário compreende os estudos adotados nos colégios e nas instituições e pensões onde os alunos seguem os cursos dos colégios"*, escreve, em 1838, Emile de Girardin (38). *"Vocês sabem"* diz Thiers em 1º de julho de 1844, numa formulação bastante clara, *"Vocês todos sabem que há três graus de instrução [...]"* (39) para explicar aos que não sabiam, que se tratava do primário, do secundário e do superior, além de lembrar também o valor destes três termos.

---

(\*) N.T. O termo Quinta República corresponde ao período atual que teve início com o presidente Charles de Gaulle em 1958.

(38) Émile de GIRARDIN, membro da Câmara dos Deputados. *De l'Instruction publique*. Paris: Desrez, 1838, p.70. O termo entra, então, no vocabulário dos professores. No mesmo ano aparece o primeiro número da *La Tribune de l'Enseignement journal de l'Instruction secondaire et supérieure (1838-1840)*, claramente com orientação esquerdista, democrata, feminista e hostil ao ecletismo oficial.

(39) *Rapport fait à la Chambre des Députés au nom de la commission chargée de l'examen du projet de la loi relatif à l'Instruction secondaire*, p.2.

Os exemplos poderiam ser multiplicados. Havia evidentemente quem discordasse e desejasse reorganizar a nova noção, reclamando, por exemplo, à semelhança do primário superior, uma "instrução secundária superior" (40) ou preconizando uma "instrução terciária" (41). Em 1847 Saint Marc Girardin insiste, ainda, para que se criasse uma "instrução intermediária" (42). Todas estas variantes são características de uma situação lexicológica determinada quando um termo se instala na linguagem corrente. Nesta fase, pode-se ainda, mas por pouco tempo, tentar explicar seu significado diante da opinião pública. A partir de 1845, aparentemente, o termo entrou na linguagem comum.

A adoção, pela linguagem corrente, do novo termo "secundário" é, portanto, tardia considerando o estudo lexicográfico. O instituto de Língua Francesa que edita em Nancy, o *Trésor de la Langue Française*, baseado em exames minuciosos, emprega este termo somente após 1843 (43) e apenas em uma passagem do *Journal* de Michelet. Os dicionários da época são, com alguns anos de atraso, testemunhos bastante fiéis do uso da língua comum, apesar de uma certa inércia, em suas definições e nos critérios de suas escolhas. A palavra *primário*, criada em 1789 e a expressão *escola primária* (de 1791) já estão incluídas no Boiste e no Bastien de 1800 (44). Para o termo *secundário* a maior parte dos dicionários, da primeira metade do século XIX, limita-se a apresentá-lo em seu antigo sentido: "acessório, que vem em segundo lugar". Uma parte deles assinala o termo associado à expressão ESCOLA, sendo que, para Gattel, em 1813 (45), escola secundária é o lugar "onde ocorre o segundo grau de instrução"; segundo Bonnaire, em 1829 (46), é o lugar "onde se ensina as línguas e as ciências". Nenhum dicionário da primeira metade do século XIX lhe confere o sentido moderno. Nem mesmo o primeiro Larousse (1856) faz alusão ao termo moderno que

---

(40) Comte du COETLOSQUET, *Mémoire sur la part à assigner aux sciences et aux lettres dans l'enseignement de la jeunesse*, Metz, 1838, p.10.

(41) ROGNIAT, *Programme d'un cours d'instruction tertiaire, à détacher de l'instruction secondaire actuelle*. Paris: Dentu, 1842.

(42) *De l'instruction intermédiaire et de ses rapports avec l'instruction secondaire*. Paris: Delalain, 1847.

(43) Communication de Mme. Eveline MARTIN, responsável do Centre de Recherches documentaires (19 de março de 1984) a quem eu agradeço.

(44) *Dictionnaire universel de la langue française*.

(45) *Dictionnaire universel de la langue française*.

(46) *Nouveau Vocabulaire classique de la langue française*. Cf. ainda BESCHERELLE, *Dictionnaire national*, 1845.

aparece, apenas em 1860, no dicionário de Théodore Bérnard mencionando "instrução secundária" no sentido de "estudos clássicos" (47). Admitindo uma margem de diferença de vinte a trinta anos entre a criação e uso corrente do termo, podemos concluir que o conjunto de datas obtidas por diferentes pesquisas permite situar, em torno de 1845, a difusão do termo no uso comum.

1850 é a hora final de uma Universidade que "cai por terra" devido à reação clerical. Tudo é questionado, começando pelo monopólio. Em seguida vem o ensino de filosofia, as agregações especializadas, as escolas primárias superiores. A construção educacional de Fontannes e de Guizot tem condições de resistir à tempestade?

Foi necessário quase doze anos para se decidir sobre essa questão. Com Victor Duruy, a balança tenderá a uma posição de equilíbrio, próxima da época da Monarquia de Julho, com exceção do problema do monopólio. Por conseguinte, a prova deve ser feita: o secundário de Guizot, de Villemain, de Cousin corresponde ao ensino desejado pelas classes médias francesas. É o ensino essencialmente "de classe" e elitista. É um ensino do Estado, mesmo com a intromissão da Igreja e da iniciativa privada; e seu quadro de funcionários é ou se tornará laico. O baccalauréat, cujo exame escrito tem início em 1840, o concurso de agregação, a classe de filosofia, o centro de alto nível em que se constitui a Escola Normal fazem do secundário na França um curso diferente das outras formas estabelecidas pelos países vizinhos.

O essencial deste curso é, entretanto, o papel que desempenha o latim. Também em outros países como Inglaterra, os Estados alemães e mesmo a Hungria, fala-se latim nos liceus até 1850, tendo sido também atribuído um lugar importante para as línguas antigas. Entretanto, o que marcou de forma durável a mentalidade francesa foi o fato de o secundário ser pago e o que se paga no secundário é o latim. No decorrer do século XIX, os novos ricos não se enganarão: seus filhos estudarão latim. Graças ao imposto universitário, na primeira metade do século, e às despesas dos estudos e das pensões que protegem o secundário, estudar latim é para a classe média um sinal de prestígio. No fim do século, no momento em que se prepara a grande reforma de 1902, o mesmo estado de espírito reina em vários lugares: *"As famílias possuem um único critério para decidir se um estudo é secundário ou primário: a presença ou ausência do latim. Se o colégio deixa de ensinar latim, o camponês, o negociante do vilarejo dirá imediatamente: tanto faz colocar*

---

(47) *Dictionnaire classique universel français*, s. v. "Instruction".

*meu filho na escola primária que não custa nada, como no colégio que custa caro*" (48).

A partir de 1902, a evolução da paisagem sócio-educativa francesa é considerável tanto no que se refere aos conteúdos como pelo público escolar, e o "secundário", que deixa, a partir dessa época, de ser puramente clássico, transforma-se, pouco a pouco, em um "segundo grau" da educação. Ironia da história ou simples reestruturação do campo lexical? De qualquer forma assistiu-se recentemente a um fenômeno curioso que parece uma revanche de Condorcet sobre Guizot. O decreto de 3 de agosto de 1963 criava os "colégios de ensino secundário" cujas analogias com as escolas secundárias sonhadas pela Revolução são impressionantes. Nessa situação, o termo *secundário* designa apenas o ensino preparatório ao ensino dos liceus. O "secundário" elitista preconizado por Guizot tende a se esfumçar com a intensa escolarização dos vinte últimos anos, e o organograma do ministério considerou esta questão, distinguindo "escolas", "colégios" e "liceus". A dispersão dos "liceus" por todo o território francês, herdeiros desde 1975 dos "CES" é a imagem das "escolas de distrito" que, antes de Condorcet, Talleyrand havia proposto em 1791 na tribuna da Assembléia Nacional.

(Recebido para publicação em 02.91 e liberado em 03.06.91).

---

(48) MICHEL, Henry. *Notes sur l'enseignement secondaire*. Paris: Hachette, 1902, p.163.